



Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Ciências Biomédicas

Aos 14/03/2001 (quatorze de março do ano dois mil e um), reuniu-se o Conselho do Instituto de Ciências Biomédicas, na Sala de Reuniões do Bloco A, em sua 9ª. (nona) reunião ordinária, sob a presidência do seu Diretor, Prof. Dr. José Antônio Galo, que esta subscreve, com os demais Conselheiros presentes, previamente convocados e em número regimental.

Prof. Dr. José Antônio Galo

Prof. Dr. Marco Aurélio Martins Rodrigues

Profª. Dagmar Diniz Cabral

Profª. Drª. Júlia Maria Costa Cruz

Profª. Drª. Divina Aparecida Oliveira Queiroz

Prof. Wilson Felipe Pereira

Prof. Dr. Gilmar da Cunha Souza

Prof. Dr. Ernesto Akio Taketomi

Func. Walkyria Silva

Func. Rosa Irene Alves

Acad. Juliana Markus

- 1 Inicia-se a reunião às 08:25 (oito horas e vinte e cinco minutos). Passa-
- 2 se ao 1º. **Item da pauta:** Presença, a convite do ICBIM, de
- 3 representantes da Diretoria da ADUFU, para esclarecimentos sobre a
- 4 "Lei do Emprego Público". Comparecem à reunião os Professores José
- 5 Francisco Ribeiro e Solange Bretas, Dirigentes da referida Associação.
- 6 O Sr. Presidente os apresenta, agradecendo-lhes as presenças.
- 7 Comenta que o Plano do Governo atinge diretamente muito mais as
- 8 Universidades. Através dos representantes nos Conselhos, vamos
- 9 repassar as informações para os nossos pares. Explica que anexou à

10 pauta de reunião, cópia do trabalho da UFRN (Universidade Federal do
11 Rio Grande do Norte), para se ter uma idéia do que está sendo
12 discutido, passando-lhes a palavra. O Prof. José Francisco agradece o
13 convite, afirmando que convites desta natureza proporcionam-lhes a
14 oportunidade de apresentarem e discutirem os problemas que se
15 apresentam. O assunto é preocupante, dizendo que precisamos
16 encontrar um modo de construir algo no que está nos ameaçando. A
17 Prof^a. Solange fala que em fevereiro do ano passado foi aprovada pelo
18 Congresso Nacional a lei do servidor público. O RJU (Regime Jurídico
19 Único) continua existindo, mas o Governo aprovou lei que permite
20 contratação pela CLT. O MEC se adiantou com Projeto de lei da
21 contratação de servidores técnicos. A ANDIFES teve uma reação forte,
22 contrária, foi mais um ensaio para se ver a repercussão. Está se tendo
23 fortes reações à não implementação. Acrescenta que prevê-se que o
24 Projeto de lei, no início do próximo ano, será com certeza aprovado
25 em regime de urgência, urgentíssima, não estando entretanto
26 confirmado. Comenta ainda que o Projeto está pronto para apreciação
27 na área econômica. A ANDES continua buscando informações, mas
28 não se teve mais acesso ao mesmo. O Projeto na última versão do
29 MEC não melhorou o anterior. O mérito da proposta é o mesmo, vai
30 chegar esta semana, com as tabelas salariais. O Prof. José Francisco
31 coloca que o MEC está construindo forças no interior do Governo para
32 levar ao Congresso. Na UFU, 20% (vinte por cento) dos docentes são
33 substitutos. Está se tendo dificuldades para consolidação do processo,
34 parece que na área econômica, mas não sabem se é para desmobilizar
35 ou acabar com a aposentadoria integral, têm-se resistência ao Projeto.
36 Acrescenta que a política do Governo é o desmonte do ensino superior,
37 trará o referido Projeto graves males para as Universidades públicas,
38 profundas transformações. Os Projetos das IFES (Instituições Federais
39 de Ensino Superior) estão sendo abandonados, não estão sendo dados
40 recursos, tendo que se buscar fora. Está se caminhando com toda
41 certeza para uma privatização, citando ainda os inúmeros Cursos de
42 Especialização oferecidos pela própria UFU, bem como os preços
43 cobrados, informando que são mais de 100 (cem) Cursos. Coloca que
44 isto é um estímulo ao individualismo, ao salve-se quem puder. E
45 pergunta que projeto acadêmico vamos construir? É um
46 estrangulamento da mesma Universidade, tornando-a elitista, privada.
47 Cita que 10% (dez por cento) da população está no ensino superior,
48 sendo que 30% (trinta por cento) está nas instituições privadas.
49 Continuando sua fala, diz que está se caminhando para a privatização

50 do ensino com toda a certeza. O contrato via CLT, a não
51 aposentadoria, trarão uma economia grande para o Governo. Gerando
52 conhecimento, vai se tratá-lo como mercadoria, é a última tentativa do
53 Governo de implantação de uma política neo-liberal. O Sr. Presidente
54 diz que o Prof. Arquimedes participou da reunião da ANDIFES, na
55 mesma reconheceram que exageraram na dose em cima das
56 Universidades. Explica que poderiam liberar vagas para contrato via
57 RJU, vai entretanto se ter enormes dificuldades no ano que vem para
58 realizar Concursos via CLT. Continuando sua fala, o mesmo explica
59 que o Governo está prevendo a figura perversa do técnico-
60 administrativo substituto, mencionando que no caso do nosso Instituto,
61 tomando-se por exemplo o Laboratório de Anatomia Humana, se
62 levariam 04 (quatro) meses para treinar um técnico nestas condições e
63 depois não poderia se renovar a contratação. Explica ainda que ontem
64 foi aprovado Projeto de Lei para contratação de funcionários para as
65 Forças Armadas, portanto parece que não há tantas dificuldades como
66 o MEC está dizendo. Coloca que na sua opinião esta é uma estratégia
67 do Governo para acalmar a categoria docente, para desmobilizar.
68 Comenta que têm-se indicativo de greve, de atos públicos. Procedem-se
69 a entrada da Conselheira Juliana, seguida do Prof. Wilson.
70 Continuando, o Sr. Presidente diz que a seu ver, a categoria docente
71 deve pressionar o CONSUN (Conselho Universitário) para evitar estas
72 contratações via CLT, pois os maiores prejudicados serão os que já
73 estão nas Universidades e não quem se estiver contratando. O Prof.
74 José Francisco fala que o RJU é um regime em extinção, haverá
75 pressão enorme para este migrar para CLT. O Sr. Presidente diz que
76 individualidades usam alternativas para reposição salarial. Haverá
77 ganhos indiretos se passar de uma forma para outra, sendo que terão
78 grupos que sairão facilmente para este regime. O quadro atual estará
79 com certeza em extinção. A avaliação é o grande problema, temos que
80 ter em mente quão danoso será para daqui a 20 (vinte) anos e não
81 agora. O Prof. José Francisco acrescenta que se terá professores
82 horistas, sem qualquer comprometimento acadêmico. A Prof^a. Solange
83 fala que se proíbe apreciação, apreço ou despreço ao Projeto, sendo
84 proibida ao servidor público qualquer manifestação. O regime
85 probatório passa para 03 (três) anos. O projeto está a sete chaves, não
86 se teve acesso à última versão. Temos que criar resistências, quando
87 apresentarem o Projeto definitivo, pois a aprovação no Congresso
88 passa por diversos caminhos. Em seguida a mesma informa a
89 realização do 42º. CONAD, sendo o segundo maior evento nacional,

90 que deverá ocorrer em Uberlândia, estando previsto para o período de
91 21 (vinte e um) a 24/06/01 (vinte e quatro de junho). Haverá um dia
92 para pautar elementos para discussão, para se pensar no que está
93 preocupando a todos na Universidade. Os estudantes deverão se
94 reunir para discutir o que está ruim ou faltando. Vai se criar um
95 momento de reflexão interna, mais a reforma agrária. A acadêmica
96 Juliana fala que o documento já foi discutido pelos alunos, não estando
97 restrito ao ensino, o que preocupa bastante. O FMI está exigindo
98 cobrança de mensalidades nas IFES na avaliação deles. A Prof^a.
99 Solange fala que não é difícil de isto ocorrer não, estão bem
100 encaixadas, podendo até ser aprovado. Procede-se a entrada da
101 Conselheira Dagmar. Os dois docentes agradecem o espaço, têm o
102 compromisso de resistir, debater, criar barreiras para isto. Conclamam
103 a todos os docentes para as lutas coletivas, que se aproximem da
104 Colegiada da ADUFU, das discussões. Falam que todos temos que
105 pensar nos excluídos, nos menos privilegiados, é nossa obrigação
106 enquanto cidadãos e privilegiados. O Sr. Presidente agradece a
107 presença dos dois professores, externando a admiração pelo empenho
108 com que estão conduzindo o Sindicato. Passa-se ao 2^o. **Item da pauta:**
109 **Apreciação e aprovação da proposta de Calendário de Reuniões do**
110 **CONICBIM para o ano de 2001.** O Sr. Presidente lembra que o
111 Conselheiro Jomar sugeriu que não se estipulasse um dia fixo para
112 reuniões. O Prof. Ernesto fala que nas 4^{as}. (quartas) feiras sempre se
113 têm muitas reuniões, sugerindo que sejam nas 6^{as}. (sextas) feiras,
114 desde que não haja coincidência com as reuniões dos Conselhos
115 Superiores. O Sr. Presidente lembra que as reuniões ordinárias são
116 uma vez ao mês e poderia, quem tivesse aulas neste dia tentar ser
117 substituído, evitando assim faltar às reuniões, sugerindo portanto
118 manter-se a 6^a. (sexta) feira, exceto a reunião relativa ao mês de abril,
119 que terá data específica. A Prof^a. Júlia sugere a reunião do mês de
120 julho, no início ou ao final do mês devido às férias, propondo 04/07
121 (quatro de julho). É aprovado o Calendário proposto por unanimidade,
122 com 11 (onze) votos, com as seguintes reuniões ordinárias previstas:
123 14/03 (quatorze de março); 20/04 (vinte de abril); 11/05 (onze de maio);
124 08/06 (oito de junho); 04/07 (quatro de julho); 17/08 (dezessete de
125 agosto); 21/09 (vinte e um de setembro); 19/10 (dezenove de outubro);
126 23/11 (vinte e três de novembro); 14/12 (quatorze de dezembro). O Sr.
127 Presidente esclarece que no dia 20/04 (vinte de abril) terá reunião
128 extraordinária para aprovação da lista tríplice para a nova Diretoria do
129 ICBIM, bem como ocorrerão outras reuniões extraordinárias, tantas

130 quantas e quando se fizerem necessárias. É perguntado se o Conselho
131 será o mesmo, sendo esclarecido pelo Sr. Presidente que as
132 Comissões do Regimento Interno de cada Unidade Acadêmica estão
133 sendo procuradas pela Comissão da UFU, para discutirem cada
134 Regimento. O Conselho atual irá permanecer até aprovação do
135 Regimento Interno e eleição dos novos membros. O Prof. Ernesto
136 sugere que caso se convoque o Conselho para reuniões
137 extraordinárias, que se faça em um dia fixo da semana, propondo
138 sempre na 4ª (quarta). feira, havendo concordância geral da plenária,
139 que caso se façam reuniões extraordinárias, seja preferencialmente
140 mantida a realização às 4ªs. (quartas) feiras. O Sr. Presidente informa,
141 a título de esclarecimento, sua nomeação para a Diretoria da FUNDAP,
142 ressaltando que é sem prejuízos de suas funções e atividades
143 enquanto Diretor do ICBIM. Informa que anexou à pauta da reunião
144 cópia da Resolução do CONSUN (Conselho Universitário), que
145 aprovou a forma da eleição dos novos Diretores das Unidades
146 Acadêmicas, justificando porque a aprovação foi *ad referendum*. Foi
147 discutida no CONSUN, mas como não tinha mais *quorum*, foi
148 aprovada desta forma. A mesma define eleição no âmbito das
149 Unidades Acadêmicas, tendo-se prazos para ter-se candidaturas.
150 Explica ainda que uma lei maior fala que, se o Conselho resolver fazer
151 consulta poderá fazê-lo, mas tem que atender à lei, ou seja com
152 percentuais de 70 (setenta) e 15 (quinze) e 15 (quinze) para cada
153 segmento. Para a eleição do atual Reitor usou-se consulta paritária,
154 mas realizada pelos próprios segmentos. Se o Conselho chegar a uma
155 norma como esta vai se referendar, pergunta aos Srs. Conselheiros? A
156 decisão é nossa, diz o mesmo, informando ainda que o Instituto de
157 História fez eleição para substituir a Profª. Vera Lúcia Puga Sousa,
158 decidindo pelos percentuais de 33, 33 e 33. Mas, no caso do ICBIM, o
159 segmento dos funcionários teria o dobro ou triplo do peso do segmento
160 dos docentes. Poderia se juntar o contingente dos funcionários mais o
161 dos docentes e o contingente dos alunos ou vice-versa, docentes e
162 funcionários com os alunos. A eleição seria restrita em reunião do
163 Conselho ou em forma de consulta? Tem que se definir tudo isto, mais
164 o prazo de inscrição da eleição. Na reunião anterior iniciou-se o
165 assunto, mas não ficou fechado, pensou-se até numa Comissão, não
166 tendo entretanto se definido. A acadêmica Juliana fala que se colocou
167 disponível para fazer parte da Comissão, na sua avaliação, é uma
168 insatisfação para as Universidades fazer eleições com os percentuais
169 de 70, 15 e 15. Tem que se caminhar com toda a certeza para o voto

170 paritário, sendo que poderia se decidir em Assembléia do ICBIM,
171 apesar desta não ser deliberativa. Poderia se juntar os técnicos com
172 os docentes e ficaria 50 (cinquenta) e 50 (cinquenta). O Sr. Presidente
173 fala que não se pensou em percentuais, o melhor índice não ficou
174 ainda claro, apenas que teria que se juntar dois segmentos. A
175 acadêmica Juliana fala que não pode se onerar um segmento pelo não
176 voto, tendo que procurar se atingir o maior número possível de
177 eleitores. O voto é um direito, não podendo ter sanção, punição. O Sr.
178 Presidente fala que a seu ver não pode se assumir um compromisso
179 destes, tem-se um contingente de 500 (quinhentos) alunos e destes
180 apenas 42 (quarenta e dois) votam, fica muito difícil assim. A
181 acadêmica Juliana diz que quer garantir que a campanha não fique só
182 nisto, que se faça campanha nas salas de aula, fazendo com que os
183 alunos procurem, queiram votar. O Sr. Presidente coloca que acha isto
184 importante, mas os representantes dos alunos é que têm que mostrar
185 que terá eleição, a importância e a necessidade de se votar no
186 candidato que tenha o melhor perfil etc. A acadêmica Juliana sugere
187 que se faça o encaminhamento de discussão, perguntando aos Srs.
188 Conselheiros, vai ou não se ter eleição? Sendo afirmativo, qual modelo,
189 quais percentuais? O Sr. Presidente adiciona às interpelações da
190 aluna, só no CONICBIM ou com consulta? Consulta na forma da lei ou
191 não? Nomeia-se a Comissão e faz consulta 70 (setenta) e 15 (quinze)
192 e 15 (quinze) ou outra forma? Temos que pôr tudo isto em discussão.
193 O Prof. Ernesto pergunta das outras Unidades Acadêmicas, sendo
194 esclarecido que não se tem conhecimento do encaminhamento de
195 nada por enquanto. A Prof^a. Júlia pergunta se é legal cada Unidade
196 fazer de uma forma, sendo esclarecido pelo Sr. Presidente que sim. A
197 acadêmica Juliana reforça mais uma vez sua proposta para que se
198 caminhe para as eleições paritárias e se atenuem as diferenças. A
199 Prof^a. Divina fala que são 03 (três) categorias diferentes. Juntam-se os
200 docentes e técnicos faz-se 2/3 (dois terços). Os alunos são transitórios,
201 às vezes vão votar e estão saindo da Universidade. Sua proposta é
202 esta. A acadêmica Juliana fala que o mandato é de 4 (quatro) anos,
203 defendendo a posição dos alunos, não justificando no seu
204 entendimento este modo de pensar. O Prof. Ernesto pergunta qual a
205 diferença entre 2/3 (dois terços) e 1/3 (um terço), sendo que a Prof^a.
206 Divina explica que entende que o número de técnicos é menor, se
207 colocar 1/3 (um terço) para os técnicos, fica o voto do mesmo maior
208 que o do docente e se somar ficam 2/3 (dois terços), ficaria igual. São
209 três segmentos com categorias diferentes, objetivos diferentes. O Prof.

210 Ernesto fala que entende que esta é uma luta dos alunos, mas acha
211 difícil sob vários aspectos, o aluno é imaturo, é voto paralelo, não
212 paritário, poderia até se evoluir para isto, mas julga prematuro no
213 presente momento. A heterogeneidade é imensa, trabalha 15 (quinze)
214 períodos, conclui que agora não é o momento para isto, além dos
215 alunos terem apenas uma passagem pela Universidade. A acadêmica
216 Juliana argumenta que realmente é um segmento transitório, mas são
217 04 (quatro) anos que irão representar bastante para os alunos, conclui.
218 Tem que se sensibilizar os alunos para isto, dilui pouco, não está se
219 abolindo as diferenças. Esta argumentação é infundada no seu
220 entendimento, tem que se traçar proposta clara, ainda vão ficar 06
221 (seis) estudantes para 01 (um) docente/técnico. A Prof^a. Divina fala que
222 admira a defesa da acadêmica Juliana e se estivesse em seu lugar,
223 com certeza a faria também da mesma forma. Contudo, os docentes
224 têm mais idade, mais experiência, principalmente nesta questão
225 considera que é diferente, tem heterogeneidades diferentes.
226 Continuando, diz que temos alunos de diversas Faculdades/Institutos,
227 imaturos, não vão votar por definição própria, mas por influência de
228 outros com toda certeza. Não tem a conscientização necessária, confia
229 no discernimento da acadêmica Juliana, mas não no dos demais
230 alunos. Na eleição do Reitor, mudou seu posicionamento, mas agora
231 vê diferente. O Sr. Presidente fala da dificuldade que também encontra
232 de defender a proposta da eleição do Reitor para estas eleições,
233 devido à desproporcionalidade. O aluno está certo em defende-la, mas
234 acha que os alunos não estão perdendo nada em sua opinião e sim os
235 técnico-administrativos é que estão perdendo. Está se migrando peso
236 dos técnicos para os estudantes. A acadêmica Juliana fala que o
237 docente está perdendo pouco, a maior parcela continua ficando para
238 ele, não vendo assim problemas maiores. A Prof^a. Divina alega que o
239 1/3 (um terço) dos alunos está sendo respeitado, o funcionário é quem
240 teria que se posicionar. O Prof. Ernesto reforça a heterogeneidade
241 existente e a característica do Instituto, acha prematuro neste momento
242 e não é favorável que seja desta forma. Coloca ainda que tem
243 docentes que não são conhecidos em outros Cursos, só no Curso para
244 o qual foi escalado. Acrescenta que o Instituto trabalha com os
245 ingressantes e estes não têm uma idéia concreta com relação aos
246 docentes, sendo que a campanha será curta, restrita, não ampla como
247 a de Reitor. Finaliza que acha prematuro começar pelo Instituto. O
248 Prof. Gilmar corrobora citando o Setor de Anatomia, exemplificando
249 que ele dá aulas em 3 (três) Cursos diferentes, seu colega o Prof.

250 Wilson ministra aulas somente no Curso de Medicina, os alunos vão
251 decidir e fica difícil assim, interpelando como poderá ser feito? O Sr.
252 Presidente fala como seria visto pelos alunos, peso, citando, por
253 exemplo, a FAMED (Faculdade de Medicina), se ministrasse aulas em
254 outras Unidades, o peso seria visto da mesma forma? Tem dúvidas
255 quanto a isto. Faz ainda outras ponderações, o aluno faz 1 (uma)
256 disciplina no ICBIM e terá o mesmo peso de outro que faz 25% (vinte e
257 cinco por cento)? A acadêmica Juliana insiste novamente. Deposita
258 confiança em algumas pessoas que estão aqui. O estudante de
259 Medicina está consciente.. O ICBIM tem particularidades de fato, mas
260 pode ser um exemplo, um modelo para as demais Unidades
261 Acadêmicas. A Prof^a. Divina comenta que tem por exemplo um docente
262 que faz 12 (doze) anos que não tem progressão horizontal e contudo é
263 homenageado por turmas de diferentes Cursos. Entende que o mesmo
264 pode até ter seu carisma, mas entretanto não dá aulas. Temos ainda
265 elementos faltosos, que não se qualificam, faltosos em reunião, que
266 não se posicionam. É preocupante tudo isto. Como fica, pergunta? O
267 Prof. Wilson fala que a Universidade teve uma mudança grande em
268 sua estrutura, estamos devagarinho sentindo que isto está acabando.
269 Explica que nunca viu docente mudar a Universidade, o aluno sim. Não
270 defende contudo a posição da aluna, acha que é heterogeneidade,
271 não é uma Faculdade, mudaria sua opinião se o fosse. Tem Setores
272 políticos mais fortes e outros mais fracos. Fala que temos que ter um
273 Diretor preocupado com a heterogeneidade. O aluno é o produto final,
274 matéria prima, acha que o mesmo tem condições de votar, participar
275 sim, mas não da forma proposta pela aluna. O Sr. Presidente coloca ao
276 Conselho que temos a proposta da acadêmica Juliana, 50% (cinquenta
277 por cento) estudantes e 50% (cinquenta por cento) docentes e técnico-
278 administrativos. A outra proposta seria 50%(cinquenta por cento)
279 docentes e 50% (cinquenta por cento) técnico-administrativos e alunos.
280 Tem que haver a sinalização, apontar-se o caminho para a decisão, 40
281 (quarenta) e 60 (sessenta) com dois contingentes, seriam assim na
282 verdade 03 (três) propostas: 60 – 40 (sessenta-quarenta) ou 50 – 50
283 (cinquenta-cinquenta) ou 50 e 50 (cinquenta e cinquenta). A acadêmica
284 Juliana sugere não levar em questão os eleitores faltosos, dizendo que
285 todos são maiores, insistindo de novo na sua proposta da realização de
286 uma Assembléia. O Sr. Presidente fala que são 06 por 01 (seis por
287 um), os alunos vão perder pouco, poderia se caminhar para a proposta
288 de 60 (sessenta) e 40 (quarenta) e nas próximas eleições se
289 caminharia de outra forma. Conclui-se finalmente por duas propostas:

290 1ª: 2/3 (docentes + técnicos) e 1/3 (estudantes); e 2ª: 60% (docentes +
291 técnicos) e 40% (estudantes). A acadêmica Juliana torna a frisar
292 porque não fazer uma Assembléia, sendo que o Sr. Presidente coloca
293 que acha difícil, argumentando que, e se a mesma fosse realizada e se
294 fizesse uma opção, este Conselho iria acatar? Pode ser que lá se
295 optasse por exemplo por consulta universal, entretanto o CONICBIM
296 iria acatar, se não amarrou aqui, pergunta? O Sr. Presidente coloca
297 ainda que se aprovado da forma anteriormente proposta, está
298 entendendo que vai se referendar o nome do docente eleito, vai
299 portanto se respeitar a consulta realizada. A acadêmica Juliana fala
300 que abre mão de sua proposta 50 e 50 se os docentes abrirem mão da
301 sua. O Prof. Ernesto reforça que este não é a seu ver o momento para
302 isto, devido às características do ICBIM. É difícil dar o pontapé inicial.
303 A acadêmica Juliana fala que abre mão em função de 60 e 40. O Sr.
304 Presidente reforça que o número de votos ficará em função do
305 contingente, do Colégio Eleitoral e não do número de votantes. A
306 acadêmica Juliana pergunta se tem desdobramentos, sendo
307 respondido pelo Sr. Presidente que sim. Não persistindo mais dúvidas
308 ou colocações a serem feitas, procede-se a votação. 1ª. Proposta: 2/3
309 mais 1/3: 04 (quatro) votos; 2ª. Proposta: 60 mais 40: 07 (sete) votos,
310 prevalecendo portanto a segunda proposta como vencedora. O Sr.
311 Presidente ressalta novamente que deve ser o número do contingente
312 do Colégio Eleitoral e não do número de votantes, exemplificando 40%
313 (quarenta por cento), podendo ser por 400 ou 100 estudantes,
314 perguntando se ficou claro para todos, defendendo a proposta que seja
315 pelo contingente total. Fala que espera que o aluno se envolva e se
316 preocupe com sua representação. Tem que se apostar que 100%
317 (cem por cento) do alunado esteja envolvido. A Profª. Divina faz a
318 defesa do 2/3 e 1/3, mudou sua idéia e justifica que o fez por confiar na
319 liderança da acadêmica Juliana como representante. A acadêmica
320 Juliana torna a frisar que na sua opinião deve ser o número de votantes
321 e não do Colégio Eleitoral, colocando ainda que voto é obrigação, não
322 direito, na Universidade tem-se o direito de votar. Afirma ainda que
323 para o docente e o técnico-administrativo é tranqüilo, todos os Cursos
324 têm Diretórios Acadêmicos, têm que garantir isto, acredita que os
325 alunos vão comparecer em massa, pois todos queremos uma
326 Universidade nova. O Sr. Presidente fala que realmente tem que se
327 garantir a mobilização, manter 40% (quarenta por cento) em número de
328 eleitores e não dos votantes, isto com certeza vai garantir a
329 mobilização. Continua dizendo que os estudantes são transitórios, mas

330 sem dúvida estão construindo sua cidadania, seria importante abrir
331 para até quem já passou nas disciplinas, mas iria ser perverso se o
332 fizesse. Colocam-se finalmente em votação as propostas
333 apresentadas: 1ª.: Em função do número do contingente de eleitores e
334 2ª: em função do número de votantes. A acadêmica Juliana reclama
335 que tem outras coisas sedentárias, os Conselheiros presentes não
336 estão mais interessados em discutir, demonstrando claramente total
337 desinteresse. Agradece em seguida o espaço concedido, pedindo que
338 respeitem sua fala e o seu direito de falar, contudo percebe que falta
339 infelizmente para alguns vontade de escutar. O Sr. Presidente
340 agradece sua participação e contribuição. Explica que então, no seu
341 entendimento, este Conselho está bancando a consulta, foi sem dúvida
342 um pequeno avanço, mas existe sem dúvida alguma preocupação.
343 Procede-se em seguida a votação 1ª. Proposta – total de eleitores: 08
344 (oito) votos; 2ª. Proposta – total dos votantes: 01 (um) voto;
345 Abstenções: 02 (duas), sendo que a primeira proposta consagra-se
346 vencedora, sendo que portanto deverá prevalecer o número total de
347 eleitores na eleição a ser desencadeada. O Sr. Presidente fala que
348 precisa ainda se indicar nomes para a Comissão e se definir datas. A
349 acadêmica Juliana se candidata. O Sr. Presidente a alerta que se a
350 mesma fizer parte da Comissão, não poderá fazer política com os
351 alunos. A Profª. Dagmar sugere os nomes da Profª. Eloísa Amália
352 Vieira Ferro e da funcionária Walkyria Silva, sendo aprovadas por
353 unanimidade as indicações feitas, sendo que a acadêmica Juliana
354 desiste de sua participação, ficando da mesma providenciar a
355 indicação do representante discente da graduação e enviar ao Instituto,
356 para se emitir a Portaria nomeando a referida Comissão. A Profª.
357 Dagmar pergunta como ficam os Departamentos? O Sr. Presidente
358 esclarece que cada Departamento poderá fazer a indicação de seu
359 Chefe e este ser nomeado **pró-tempore**, até definição de como ficará a
360 aprovação do Regimento do ICBIM, a questão dos Departamentos por
361 parte da UFU etc. Passa-se ao 3º. **Item da pauta:** Docentes que já
362 obtiveram o direito à progressão horizontal nos anos anteriores e que
363 não requereram, não tendo os respectivos Departamentos dado o
364 encaminhamento devido, conforme Resolução 30/88 do Conselho
365 Universitário. Definição do CONICBIM quanto ao encaminhamento a
366 ser dado, conforme procedimentos legais existentes. Definição da
367 sistemática a ser adotada, quanto aos docentes que obterão direito à
368 progressão no ano de 2001. O Prof. Marco Aurélio coloca que o
369 docente que não faz Relatório, ou seja, não requer sua progressão,

370 deve assinar um Termo de Compromisso de que não fará o
371 encaminhamento, devendo ser dado conhecimento à Comissão e
372 PROREH. Esclarece ainda que a auto-avaliação consiste no Relatório
373 a ser feito e não na sua própria auto-avaliação como muitos têm
374 entendido e feito, é um equívoco que vem ocorrendo de longa data. A
375 Prof^ª. Dagmar relata os problemas enfrentados com relação a este
376 assunto. A Prof^ª. Divina fala que se faz um Relatório a cada 02 (dois)
377 anos, não vendo aonde está a dificuldade para não se fazê-lo. O Sr.
378 Presidente fala que tem que se basear no número de aulas, no plano
379 de atividades, podendo até se olhar a GED. A Prof^ª. Divina esclarece
380 que a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de
381 Progressão Funcional do ICBIM, não está contando com a participação
382 de seu quarto membro, no caso a Prof^ª. Zenaide Silveira de Castro,
383 que se ausentou desde a primeira reunião, não estando participando
384 portanto dos trabalhos da Comissão. Ressalta que portanto conta a
385 citada Comissão com apenas 03 (três) membros, necessitando de se
386 providenciar a sua substituição, ficando de se rever posteriormente a
387 questão, trazendo-se o assunto a este Conselho. Decide-se que o
388 Instituto deverá enviar as orientações aos Departamentos, quanto aos
389 procedimentos para os processos de progressão horizontal. O Sr.
390 Presidente esclarece que o docente deverá fazer o requerimento
391 padrão ao Diretor do Instituto, dando entrada no Departamento ou
392 Núcleo, devendo o mesmo ser obrigatoriamente datado e assinado
393 pelo professor; sendo acusado o recebimento pela secretária. Deverá o
394 Professor anexar ao mesmo o seu Relatório, a documentação
395 comprobatória etc. Deverá ser montado o Processo naquela Secretaria,
396 enviando-se à secretaria do Instituto para o devido registro,
397 numeração e repasse à Comissão Permanente para avaliação e
398 emissão de parecer e posteriormente ser submetido à aprovação deste
399 Conselho. É solicitado ainda das Chefias de Departamento que enviem
400 os Processos faltosos ou o comunicado de que não terão como fazê-lo
401 em função dos professores não providenciá-los. Passa-se ao **5º. Item**
402 **da pauta**: Definição do CONICBIM quanto à alocação de mais uma
403 centrífuga refrigerada (15.000 rpm), do Programa de Modernização e
404 Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica (Projetos enviados ao
405 MEC), liberada para o ICBIM, fora da listagem dos equipamentos
406 liberados para os Departamentos através de Projetos. O Sr. Presidente
407 explica que chegou mais 01 (uma) centrífuga. Dentro das discussões
408 desencadeadas pela Comissão quanto ao material excedente, para
409 definição quanto à distribuição, conseguiu mais esta para o ICBIM.

410 Menciona os interessados: Professores Paulo Pinto Gontijo Filho e
411 Divina Aparecida Oliveira Queiroz, do Departamento de Imunologia,
412 Microbiologia e Parasitologia (DEIMP). O Prof. Wilson fala que o
413 Departamento de Morfologia (DEMOR) se manifestou, coloca que a
414 seu ver o equipamento deve ficar atendendo ao maior número possível
415 de docentes, colocando a Anatomia como candidata prioritária ao
416 equipamento. O Prof. Ernesto pergunta de qual Setor é a mesma,
417 esclarecendo o Sr. Presidente que de nenhum. Frisa novamente que é
418 material excedente, que envolveu uma ação do Instituto para conseguir
419 que viesse para cá, explicando que tem que se decidir para onde irá.
420 Exemplifica que junto com este material excedente chegaram alguns
421 termômetros, discutiu-se e foi conseguido que 03 (três) viessem para o
422 Campus Umuarama, então os Diretores terão que se reunir e decidir
423 para onde irão, a prática tem sido esta e não tem havido o menor
424 problema. Estão monitorando a chegada de todos os equipamentos,
425 para que os mesmos sejam enviados aos Órgãos de origem, não
426 surgindo quaisquer dúvidas ou impecilhos nos encaminhamentos. A
427 discussão só ocorre quando chega material excedente. Está tudo muito
428 bem acompanhado, documentado, sem problemas. Ressalta os
429 Projetos Avançados que não foram contemplados, apenas o de infra-
430 estrutura o foi. A Prof^a. Dagmar esclarece que a Prof^a. Divina está
431 usando outro Laboratório, por não ter disponibilidade do equipamento,
432 dificulta muito para ela, sendo o equipamento necessário. O Prof.
433 Ernesto coloca que a origem dos aparelhos é com base nas
434 solicitações daquela época, a seu ver deve se obedecer às solicitações
435 originais, ou seja, a quem pediu naquela época. O Sr. Presidente
436 reforça que vale o Projeto final, pode até ter-se pedido mais
437 equipamentos, mas não adianta se as solicitações destes não foram
438 encaminhadas. Quanto ao material excedente, a questão de demanda
439 é que tem que prevalecer em sua opinião. Esclarece mais uma vez que
440 tudo que chegou até agora foi para o Setor que pediu, só o excedente
441 é que está indo para discussão. O Prof. Wilson fala que não valem
442 estes documentos enviados, no seu entendimento tem que se ver as
443 prioridades. O Sr. Presidente esclarece que não se baseou no fato de
444 ter documentos, mas está sendo colocado numa situação delicada,
445 desde o início mencionou que tem uma solicitação escrita do
446 Departamento de Imunologia, Microbiologia e Parasitologia (DEIMP) e
447 foi apresentada outra verbal nesta reunião, por parte do Prof. Wilson.
448 Aceita críticas, mas jamais a acusação de ser parcial. Argumenta ainda
449 que a utilização, na sua opinião, tem que ser com responsabilidade,

450 ficar o aparelho subtilizado é muito pior. A Prof^a. Divina esclarece que
451 tem usado o aparelho do Laboratório de Imunologia quando está
452 disponível, mas o mesmo é muito utilizado. O Prof. Ernesto lembra que
453 se estipulou um teto para a reunião, tendo o mesmo já sido atingido. O
454 Prof. Wilson fala que se julga em desvantagem. O Prof. Ernesto sugere
455 ao mesmo que faça a solicitação por escrito, com as devidas
456 justificativas, encaminhando ao Instituto; sugere ainda que se monte
457 uma Comissão, para se incumbir da análise e discussão do problema,
458 apresentando-se o assunto novamente na próxima reunião. Aborda em
459 seguida a questão de um equipamento, com o qual está tendo
460 problemas relativos à alfândega. Diz que foi adquirido um cintilador,
461 com recursos de projeto financiado pelo CNPq, precisando cobrir
462 despesa de frete. Propõe assim encerrar a reunião e pede o auxílio do
463 Sr. Diretor quanto a este seu problema, ficando do mesmo verificar o
464 que pode ser feito. O Prof. Wilson retira a sua prioridade com relação
465 ao equipamento. O Sr. Presidente fala que não discorda da demanda
466 do DEMOR, mas sim da forma como está sendo colocado pelo Prof.
467 Wilson. A Prof^a. Divina sugere também que se faça uma Comissão que
468 se incumba de avaliar as reais necessidades e ver para onde e com
469 qual finalidade será utilizado este equipamento, para evitar destinar a
470 um Setor no qual poderá ficar subtilizado, em detrimento de outros
471 Setores que apresentem maior demanda e necessidade. O Sr.
472 Presidente lembra que na última reunião comentou a chegada da
473 referida centrífuga, já trouxe portanto o assunto ao conhecimento deste
474 Conselho. Não havendo mais colocações a serem feitas, encerra-se o
475 assunto. O Prof. Wilson solicita a palavra questionando o problema de
476 não ter tomadas elétricas na parte de baixo do Bloco A, os funcionários
477 da Diretoria de Obras já iam instalá-las e pararam para fazer outro
478 serviço. O Sr. Presidente esclarece que foi a prioridade que ele deu,
479 enquanto Diretor, considerando que tinha um laudo da Diretoria de
480 Obras, que afirmava existir sérios problemas nas instalações do
481 Laboratório de Imunologia, tendo sido consultado pela referida
482 Diretoria, a quem deveriam dar prioridade de atendimento. Alertou
483 entretanto que terminando o serviço no Bloco 4C, deveriam voltar
484 imediatamente para os Laboratórios de Anatomia, tendo envidado
485 todos os esforços para isto. Justifica ainda, que não pode se alegar à
486 inexistência de tomadas no Bloco A, podem ter poucas, mas existem e
487 lembra ainda que a reforma do Bloco 2A foi acompanhada pelo Setor
488 de Anatomia, que deveria na época ter verificado esses problemas.
489 Comenta-se quanto a viabilidade se fazer nova reunião na 6^a. Feira, às

490 15:00 (quinze) horas, ficando de se verificar e confirmar com os
491 Conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Ana Maria de
492 Freitas Melo, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata que após lida e
493 aprovada, será assinada por mim secretária e pelo Presidente desta
494 reunião.

Secretária
Presidente